

Responsabilidade socioambiental: o caso da empresa DELTA, sua aderência ao Sistema B e a atuação no complexo penitenciário do Estado – COPE

Social and Environmental Responsibility: the case of DELTA company, its adherence to the B System, and its involvement in the State Penitentiary Complex – COPE.

Responsabilidad social y ambiental: el caso de la empresa DELTA, su adhesión al Sistema B y su participación en el Complejo Penitenciario del Estado - COPE.

Oscar Bertoglio

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

ROR <https://ror.org/03a6a0a65>

oscar.bertoglio@sertao.ifrs.edu.br

Simone Sehnem

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

ROR <https://ror.org/03a6a0a65>

simone.sehnem@unoesc.edu.br

Gabriel Airton da Silveira

Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

ROR <https://ror.org/03a6a0a65>

s.gabriel1978@gmail.com

Recepción: 21/03/24

Aprobación: 24/07/25

Publicación: 30 Septiembre 2025



Acceso abierto diamante

Resumo

Problema e Objetivos: O problema central reside em compreender como a Empresa Delta articula suas atividades socioambientais com seus objetivos comerciais, especialmente considerando os desafios e oportunidades apresentados pelo contexto do sistema penitenciário? Nesse sentido, os objetivos são: a) investigar as motivações da Delta para incorporar práticas socioambientais em suas operações, incluindo sua atuação junto ao COPE; b) avaliar os impactos dessas iniciativas, tanto em termos de ressocialização de detentos quanto de sustentabilidade ambiental; c) identificar lições aprendidas pela Delta nesse processo; d) analisar a conformidade da Delta com os critérios estabelecidos pelo Sistema B.

Enquadramento Teórico: aborda conceitos fundamentais relacionados à responsabilidade social e ambiental empresarial, bem como os princípios do Sistema B.

Metodologia: do tipo qualitativa. Foram conduzidas entrevistas com representantes da empresa e realizada análise documental de relatórios e materiais relacionados às suas atividades junto ao COPE.

Resultados: os resultados obtidos indicam que a Delta está alinhada com os princípios do Sistema B por meio de suas práticas socioambientais, que incluem projetos de sustentabilidade e a promoção da ressocialização de detentos. Esses resultados confirmam as proposições do estudo quanto à integração de valores sociais e ambientais no modelo de negócio da Delta, destacando sua importância como exemplo de empresa comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

Originalidade: a originalidade desta pesquisa reside na sua abordagem inovadora de investigar como uma empresa incorpora práticas socioambientais em suas operações, especialmente em um contexto desafiador como o sistema penitenciário.

Contribuições teóricas e práticas: as contribuições teóricas e práticas deste estudo incluem o preenchimento de lacunas no conhecimento sobre responsabilidade social e ambiental empresarial, bem como a identificação de lições aprendidas e a promoção de modelos de negócios sustentáveis e éticos. Além disso, este estudo destaca a importância de iniciativas inovadoras e engajadas socialmente no contexto empresarial contemporâneo.

Palavras-chave: s: Sistema B, Práticas socioambientais, Sustentabilidade.

Abstract

Problem and Objectives: The central problem lies in understanding how Delta Company articulates its socio-environmental activities with its commercial objectives, especially considering the challenges and opportunities presented by the context of the penitentiary system. In this regard, the objectives are: a) to investigate Delta's motivations for incorporating socio-environmental practices in its operations, including its involvement with COPE; b) to assess the impacts of these initiatives, both in terms of prisoner reintegration and environmental sustainability; c) to identify lessons learned by Delta in this process; d) to analyze Delta's compliance with the criteria established by the B Corporation System.

Theoretical Framework: addresses fundamental concepts related to corporate social and environmental responsibility, as well as the principles of the B Corporation System.

Methodology: of a qualitative nature. Interviews were conducted with company representatives and documentary analysis of reports and materials related to their activities with COPE. Results: the findings indicate that Delta is aligned with the principles of the B Corporation System through its socio-environmental practices, which include sustainability projects and the promotion of prisoner reintegration.

Results: The results obtained indicate that Delta is aligned with the principles of the B Corporation System through its socio-environmental practices, which include sustainability projects and the promotion of prisoner reintegration. These results confirm the study's propositions regarding the integration of social and environmental values into Delta's business model, highlighting its importance as an example of a company committed to social and environmental responsibility.

Originality: the originality of this research lies in its innovative approach to investigating how a company incorporates socio-environmental practices into its operations, especially in a challenging context like the penitentiary system.

Theoretical and Practical Contributions: the theoretical and practical contributions of this study include filling gaps in knowledge about corporate social and environmental responsibility, as well as identifying lessons learned and promoting sustainable and ethical business models. Additionally, this study highlights the importance of innovative and socially engaged initiatives in the contemporary business context.

Keywords: B Corporation System, Socio-environmental practices, Sustainability.

Resumen

Problema y Objetivos: El problema central radica en comprender cómo la Empresa Delta articula sus actividades socioambientales con sus objetivos comerciales, especialmente considerando los desafíos y oportunidades presentados por el contexto del sistema penitenciario. En este sentido, los objetivos son: a) investigar las motivaciones de Delta para incorporar prácticas socioambientales en sus operaciones, incluida su actuación junto a COPE; b) evaluar los impactos de estas iniciativas, tanto en términos de reinserción de presos como de sostenibilidad ambiental; c) identificar lecciones aprendidas por Delta en este proceso; d) analizar la conformidad de Delta con los criterios establecidos por el Sistema B.

Marco Teórico: aborda conceptos fundamentales relacionados con la responsabilidad social y ambiental empresarial, así como los principios del Sistema B.

Metodología: de tipo cualitativo. Se realizaron entrevistas con representantes de la empresa y se llevó a cabo un análisis documental de informes y materiales relacionados con sus actividades junto a COPE.

Resultados: los resultados obtenidos indican que Delta está alineada con los principios del Sistema B a través de sus prácticas socioambientales, que incluyen proyectos de sostenibilidad y la promoción de la reinserción de presos. Estos resultados confirman las proposiciones del estudio sobre la integración de valores sociales y ambientales en el modelo de negocio de Delta, destacando su importancia como ejemplo de empresa comprometida con la responsabilidad social y ambiental.

Originalidad: la originalidad de esta investigación radica en su enfoque innovador para investigar cómo una empresa incorpora prácticas socioambientales en sus operaciones, especialmente en un contexto desafiante como el sistema penitenciario.

Contribuciones Teóricas y Prácticas: las contribuciones teóricas y prácticas de este estudio incluyen llenar vacíos en el conocimiento sobre la responsabilidad social y ambiental empresarial, así como identificar lecciones aprendidas y promover modelos de negocios sostenibles y éticos. Además, este estudio destaca la importancia de iniciativas innovadoras y socialmente comprometidas en el contexto empresarial contemporáneo.

Palabras clave: Sistema B, Prácticas socioambientales, Sostenibilidad.

1 Introdução

A busca por práticas empresariais socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis tem ganhado destaque em um mundo cada vez mais consciente dos impactos das atividades humanas sobre a sociedade e o meio ambiente. A emergência desse tema reflete não apenas uma mudança nas expectativas da sociedade em relação às empresas, mas também uma crescente compreensão dos desafios globais que enfrentamos, como mudanças climáticas, degradação ambiental e desigualdades sociais. A responsabilidade socioambiental tornou-se uma pauta incontornável nas discussões sobre o papel das empresas na construção de um futuro mais justo e sustentável (Meseguer et al., 2021).

Nesse contexto, muitas empresas estão revendo suas práticas e adotando abordagens mais conscientes em relação ao meio ambiente e à sociedade. Essa mudança de comportamento reflete uma compreensão cada vez maior de que o sucesso empresarial não pode ser medido apenas em termos de lucro financeiro, mas também em termos de impacto positivo nas comunidades e no planeta como um todo. A busca pela responsabilidade socioambiental tornou-se não apenas uma questão ética, mas também uma questão de sobrevivência e relevância no mercado (Eccles et. al., 2014).

Empresas que adotam práticas socioambientais alinhadas ao tipo B, como a Delta, Patagonia, Unilever e Natura, não apenas demonstram um compromisso com a responsabilidade social e ambiental, mas também colhem uma série de benefícios tangíveis e intangíveis. Em primeiro lugar, essas empresas tendem a construir uma reputação sólida no mercado, sendo reconhecidas como líderes em sustentabilidade e ética empresarial. Esse reconhecimento não apenas fortalece a marca, mas também atrai consumidores cada vez mais conscientes que valorizam empresas que se preocupam com questões além do lucro (Kramer e Porter, 2011).

Além disso, as empresas alinhadas ao tipo B muitas vezes desfrutam de maior lealdade dos clientes e engajamento dos funcionários. Os consumidores estão cada vez mais dispostos a apoiar empresas que compartilham seus valores e se envolvem ativamente em iniciativas sociais e ambientais. Da mesma forma, os funcionários são mais propensos a se sentir orgulhosos e engajados em trabalhar para uma empresa que demonstra um compromisso genuíno com o bem-estar da sociedade e do planeta (Sen e Bhattacharya, 2001; Whelan et al. 2019).

Outro benefício importante é a mitigação de riscos financeiros e operacionais. Empresas que adotam práticas sustentáveis tendem a estar mais preparadas para enfrentar desafios ambientais e regulatórios, reduzindo assim o potencial de custos associados a multas, litígios e danos à reputação. Além disso, investidores e financiadores estão cada vez mais atentos ao desempenho ambiental, social e de governança (ESG) das empresas, o que pode resultar em acesso a capital mais barato e investimentos mais sustentáveis a longo prazo. Em resumo, adotar práticas socioambientais alinhadas ao tipo B não só beneficia a sociedade e o meio ambiente, mas também impulsiona o desempenho financeiro e a resiliência das empresas em um mundo cada vez mais consciente e interconectado (Clark et. al., 2015).

A empresa Delta surge como um exemplo emblemático desse movimento em direção à responsabilidade socioambiental. Reconhecida por suas práticas inovadoras e compromisso com a sustentabilidade, a Delta tem se destacado não apenas por seus resultados financeiros, mas também por seu impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. Um aspecto particularmente interessante de sua atuação é o envolvimento no Complexo Penitenciário do Estado - COPE, através de projetos de produção que buscam não apenas gerar receita, mas também promover a ressocialização e a reintegração de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

No entanto, apesar dos avanços e das boas intenções, a questão da responsabilidade socioambiental ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais problemas reside na complexidade e na interconexão dos problemas sociais e ambientais, que exigem abordagens integradas e multidisciplinares para serem enfrentados de maneira eficaz (Schaltegger e Wagner, 2011). Além disso, há uma necessidade premente de avaliar e

compreender melhor os impactos das iniciativas de responsabilidade socioambiental, especialmente em contextos específicos, como o sistema penitenciário.

Diante desse contexto, o presente trabalho propõe-se a investigar o caso da empresa Delta e sua aderência ao Sistema B a partir de sua atuação no sistema penitenciário. O problema de pesquisa central é compreender como a Delta articula suas práticas socioambientais com seus objetivos comerciais, especialmente no contexto desafiador do sistema penitenciário. Pretende-se analisar os desafios enfrentados pela empresa, os impactos gerados por suas iniciativas e as lições aprendidas ao longo do processo.

Os objetivos deste estudo são múltiplos. Em primeiro lugar, busca-se compreender as motivações e os valores que orientam as práticas socioambientais da Delta, especialmente no que diz respeito ao sistema penitenciário. Em segundo lugar, pretende-se avaliar os resultados e os impactos das iniciativas da empresa, tanto em termos de benefícios para os indivíduos envolvidos quanto para a sociedade e o meio ambiente em geral. Por fim, o estudo busca identificar as principais lições aprendidas pela Delta ao longo de sua jornada rumo à responsabilidade socioambiental, fornecendo insights valiosos para outras empresas que buscam seguir o mesmo caminho.

A justificativa deste estudo reside na importância de suprir lacunas teóricas e práticas no campo da responsabilidade social e ambiental nas empresas, especialmente por meio de casos empíricos relevantes, como a análise da empresa Delta e outras organizações alinhadas ao Sistema B. Embora exista uma crescente literatura sobre sustentabilidade empresarial, ainda há lacunas a serem preenchidas em termos de compreensão das práticas eficazes, dos desafios enfrentados e dos impactos gerados por essas iniciativas. Este estudo visa contribuir para o avanço do conhecimento nesse campo, fornecendo insights valiosos derivados de experiências reais de empresas que adotam práticas socioambientais.

Além disso, a pesquisa proposta tem o potencial de produzir uma consciência mais ampla sobre a importância da responsabilidade social e ambiental no contexto empresarial. Ao destacar os benefícios e os desafios enfrentados pelas empresas engajadas nesse propósito, espera-se inspirar outras organizações a seguirem o mesmo caminho, promovendo assim uma mudança positiva em direção a um modelo de negócios mais sustentável e ético. A conscientização sobre a importância dessas práticas pode resultar em um aumento significativo no número de empresas que adotam abordagens socialmente responsáveis, contribuindo para uma transformação mais ampla na cultura empresarial.

Por fim, a aderência ao Sistema B oferece uma série de potenciais ganhos para as empresas, incluindo benefícios financeiros, reputacionais e de engajamento dos stakeholders. Ao integrar práticas de governança, transparência e impacto social em seu modelo de negócios, as empresas podem fortalecer sua posição no mercado, atrair investidores e clientes preocupados com a sustentabilidade e construir relações mais sólidas com a comunidade e o meio ambiente (Stubbs, 2017). Portanto, este estudo não apenas justifica-se pela importância de preencher lacunas teóricas e promover a conscientização, mas também pela oportunidade de explorar os potenciais ganhos decorrentes da adesão ao Sistema B e práticas socioambientais.

Em última análise, este estudo visa inspirar outras empresas e organizações a considerar formas inovadoras de operar que beneficiem não apenas seus acionistas, mas também a sociedade e o meio ambiente como um todo. Ao examinar o caso da Delta, esperamos fornecer insights valiosos que possam informar e motivar a adoção de práticas mais responsáveis e sustentáveis em um mundo empresarial em constante evolução.

As premissas consideradas foram que: a) a empresa Delta está alinhada aos princípios do Sistema B; b) A empresa Delta desenvolve práticas junto ao COPE que caracterizam responsabilidade social e ambiental; c) A empresa Delta se apropria do capital socioambiental produzido em suas ações no COPE e com isso cria condições de potencializar a sua performance econômica.

2 Posicionamento Teórico

2.1 Sistema B

O Movimento Mundial de Empresas B foi criado nos Estados Unidos, no ano de 2006, abrangendo mais de quatro mil empresas em 71 países. Esse movimento atua oferecendo ferramentas, suporte e incentivos para que seus associados não alcancem apenas sucesso financeiro no meio empresarial, mas também promovam o bem-estar das pessoas, da sociedade e do meio ambiente (Froehlich e Wecker, 2022).

O Movimento Mundial B atua em quatro frentes principais: legislação, certificação, investimento de impacto e academia. Quanto à legislação, busca modificar as estruturas jurídicas para apoiar empresas na geração de impacto socioambiental. Na Academia B, o objetivo é gerar conhecimento para uma nova economia. No que se refere aos investimentos, diversos investidores de impacto socioambiental são convidados a direcionar seus recursos para esse fim. Por último, a certificação mede o desempenho social e ambiental das empresas em todas as áreas, não se limitando apenas a produtos e processos (Correa, 2021).

Empresas B são aquelas que, além de produzir, lucrar e movimentar a economia, oferecem benefícios sociais e ambientais - daí o "B" conferido como selo de qualidade a essas iniciativas. Não são as corporações que se nomeiam assim: o título é conferido por instituições que analisam práticas e políticas empresariais. No Brasil, o Sistema B é a organização responsável por atribuir o selo de Empresa B a corporações, definindo as companhias certificadas como "negócios que atendem aos mais altos padrões de desempenho social e ambiental e a critérios de transparência e de responsabilidade legal em equilibrar lucro e propósito" (Sistema B, 2022).

O Sistema B são organizações sem fins lucrativos que representam o movimento na América do Sul, sendo sua principal parceira o B Lab Internacional. Sua sede fica no Chile, sua função regional é a interface com o B Lab e empresas locais, fomentando o movimento e ecossistemas B, além de manter a relação com os stakeholders (Sistema B, 2022). A função local em cada país é manter e criar políticas públicas.

O movimento possui três frentes principais: legislação, certificação e investimento de impacto. A legislação busca criar um novo formato de empresas com elevado padrão de propósito, prestação de contas e transparência na geração de valor compartilhado. Na certificação, as empresas estabelecem padrões simples, distinguindo aquelas comprometidas com a responsabilidade socioambiental daquelas que utilizam o tema apenas como promoção de marketing. As empresas certificadas mantêm o foco na geração de lucro e buscam gerar impactos sociais mensuráveis e verificáveis por meio da avaliação de impacto (Sistema B, 2022). No Investimento de Impacto, informações sobre a avaliação de impacto (BIA) e performance socioambiental estimulam um mercado de capital apropriado (Abramovay et al., 2013; Comini, Fidelholc, Rodrigues, 2014; Wilburn, Wilburn, 2014).

O movimento é entendido como um novo modelo de negócios, buscando mudar o foco da atividade empresarial para o *double bottom line*, ou seja, o lucro e o benefício social, considerando o aspecto ambiental como parte integrante dessa abordagem. Com isso, busca-se fornecer uma estrutura para organizações sem fins lucrativos que desejam crescer e para empresas com objetivo de lucro que desejam ser socialmente responsáveis (Wilburn; Wilburn, 2014). O Sistema B auxilia na certificação das empresas na América do Sul, mas a certificação é fornecida pelo B Lab (Comini et al., 2014).

Cada vez mais, consumidores e stakeholders cobram das empresas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, buscando adotar em seus posicionamentos e imagem uma postura mais responsável, voltada para o desenvolvimento de uma identidade corporativa associada à ética ambiental e práticas socioambientais responsáveis (Akutu, 2012; Campos et al., 2013). Isso significa que as organizações não apenas declarem suas intenções de serem empresas responsáveis e éticas, produzindo o bem e o lucro ao mesmo tempo, mas também apresentem uma prova de comprometimento por meio da avaliação de uma organização certificadora responsável (Wilburn; Wilburn, 2014).

A certificação como um selo sinaliza para outras pessoas que a empresa adere a esses padrões e pode melhorar a reputação e aumentar os negócios de consumidores socialmente conscientes. Empresa B reflete um processo de desenvolvimento em que empreendedores e fundadores com aspirações de atingir objetivos sociais entenderam que esse propósito seria auxiliado pela certificação de Empresa B e adesão à rede Empresa B de empresas (Vilela Garcia; Bulgacov; Morgan, 2019).

Os diretores, proprietários e líderes possuem importância fundamental na condução desse modelo. Sua mentalidade e valores do Sistema B criam uma nova filosofia empresarial, reforçados por suas atitudes, experiências e formação profissional (Tabares, 2021). Eles contribuem para a construção de uma comunidade de apoio, aprendendo uns com os outros, e têm uma postura ativista, posicionando-se e mobilizando as pessoas sobre questões sociais (Li; Soule, 2021).

No desempenho, as diferentes áreas são avaliadas usando o BIA. O nível mínimo é de 80 pontos em 200 para ser classificada como empresa B. O processo de recertificação ocorre a cada dois anos. Após a certificação, a empresa tem acesso a todos os serviços e suportes do B Lab, podendo usar a marca e logotipo em seus produtos e comunicações (Gazzola et al., 2019).

O Sistema B é um conceito que visa mudar a lógica da economia atual. Qualquer empresa que queira pode aderir ao movimento, desde que se comprometa a ter altos padrões de transparência e a contribuir com ações positivas relacionadas à sociedade e ao meio ambiente (Codebit, 2022). As empresas certificadas possuem um forte embasamento em sua atuação através do objetivo social, considerando o lucro como um meio para garantir seu propósito social (Stubbs, 2015). A empresa também precisa buscar o benefício público, mesmo buscando a maximização dos lucros, mantendo relatórios anuais que comprovem sua atuação no alcance dos objetivos sociais (Acello, 2014).

O Sistema B surgiu há 8 anos no Brasil com a visão de transformar o sistema econômico para beneficiar todas as pessoas e o planeta. Por meio de uma rede global, definimos padrões, políticas e oferecemos ferramentas e programas para que os negócios mudem sua forma de operar, sua cultura e a estrutura do capitalismo (Sistema B Brasil, 2022).

O Sistema B, representante local do movimento global liderado pelo B Lab, sensibiliza e identifica empresas dispostas a criar um ecossistema de organizações que trocaram a premissa "lucro acima de tudo" por "lucro com impactos socioambientais positivos", visando construir um mundo melhor para todas as pessoas, a sociedade e o planeta. No Sistema B, abraçamos a missão de criar esse amanhã (Sistema B Brasil, 2022).

Estudos colocam o movimento num contexto de responsabilidade social, como "um grupo de empresas sociais com alto nível de compromisso com a manutenção de um equilíbrio entre lucro e responsabilidade social corporativa". E ainda, representa "uma nova forma de organização dedicada a legitimar o exercício da responsabilidade social empresarial" (Chen; Kelly, 2015).

Empresas B não estão preocupadas apenas em serem as melhores do mundo, elas também se preocupam em ser melhores para o mundo (Meio Sustentável, 2022). Essas empresas, por meio de sua certificação, ajudam os consumidores na escolha de compra com maior responsabilidade, compromisso social e ambiental, considerada uma forma de fortalecer redes de relacionamentos entre produtores, comerciantes e consumidores (Ortigoza; Cortez, 2009).

Basicamente, uma empresa com certificação B Corp apresenta modelos de negócios focados no desenvolvimento social e ambiental. O maior propósito do movimento é semear a progressão igualitária da sustentabilidade, a partir da certificação de companhias no âmbito global. Ou seja, ao adquirir o certificado, uma empresa B reforça o objetivo de identificar e solucionar problemas socioambientais (Codebit, 2022). Além disso, é necessário que cada B Corp cumpra padrões mensuráveis de desempenho social e ambiental, bem como transparência pública e responsabilidade legal. Em suma, as companhias lideram um movimento global de pessoas que utilizam os negócios para a promoção do bem, com a finalidade geral de fazer do mundo um lugar melhor.

Contudo, para isso, é necessário que as empresas se comprometam a dar continuidade a um novo modelo de negócio, o qual considere na condução de seus empreendimentos a importância das pessoas e do ambiente. Ademais, todos os produtos comercializados, práticas adotadas e lucros obtidos devem beneficiar a todos, de maneira geral, e cada ação traçada deve refletir a compreensão de que todos são dependentes e responsáveis uns pelos outros e também pelas gerações futuras. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, as companhias B

Corp também buscam o lucro, mas não a qualquer custo, por isso, abandonam as práticas que provocam impactos negativos (Codebit, 2022).

De 2007 até recentemente, mais de 4.000 empresas em todo o mundo passaram pelo processo de certificação com o B Lab. Apoiando a teoria das partes interessadas, as empresas que retornam repetidamente para recertificar parecem estar satisfeitas com a BIA (Avaliação de Impacto B) e algumas foram recertificadas de 4 a 5 vezes na última década. A observação de que as empresas provavelmente se recertificarão, especialmente após a terceira recertificação, sugere que as empresas provavelmente continuarão trabalhando para obter o status de Empresa B certificada, uma vez que se torne rotina (Kim, 2021).

Crescimento sustentável significa que uma empresa está operando com base em um relacionamento de confiança com seus stakeholders, incluindo seus clientes, funcionários e governo, e há um interesse generalizado em entender como as empresas podem contribuir para alcançar esse valor corporativo (Kim, 2021).

A B Corp oferece uma estrutura que qualquer empresa em qualquer Estado ou País do mundo pode usar para construir um negócio melhor. Esta estrutura é relevante se você é uma empresa B2B e B2C, um único proprietário local ou uma marca global, uma startup ou uma empresa familiar de terceira geração, uma sociedade de responsabilidade limitada ou uma parceria, uma empresa de propriedade de funcionários ou uma cooperativa, uma corporação C e uma corporação S, ou mesmo se você ainda está decidindo a estrutura certa para um novo negócio (Honeyman, 2014).

2.2 Práticas socioambientais e sua importância para as Empresas

As práticas socioambientais representam um conjunto de ações e políticas adotadas por organizações com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade. Essas práticas têm se tornado cada vez mais relevantes devido aos desafios ambientais e sociais enfrentados globalmente, exigindo uma resposta proativa por parte das empresas (Rasche, et. al. 2017).

As práticas socioambientais englobam uma variedade de iniciativas que visam integrar considerações éticas, sociais e ambientais nas operações e estratégias empresariais. Entre as principais características dessas práticas, destacam-se (Kopnina e Blewitt, 2014):

a) **Transparência e Prestação de Contas:** Empresas comprometidas com práticas socioambientais geralmente adotam uma postura transparente em relação às suas operações e impactos, divulgando informações sobre suas políticas, objetivos e desempenho ambiental e social.

b) **Gestão Ambiental Responsável:** Isso envolve a implementação de medidas para reduzir o consumo de recursos naturais, minimizar a geração de resíduos e poluentes, e promover a conservação da biodiversidade.

c) **Compromisso Social e Comunitário:** As empresas que valorizam práticas socioambientais geralmente se engajam em iniciativas que contribuem para o desenvolvimento das comunidades onde operam, por meio de programas de educação, saúde, emprego e capacitação profissional.

d) **Ética nos Negócios:** Além de cumprir com as regulamentações e leis ambientais e trabalhistas, as empresas socialmente responsáveis buscam adotar padrões éticos elevados em todas as suas operações, evitando práticas prejudiciais ou antiéticas.

e) **Inovação e Desenvolvimento Sustentável:** A promoção da inovação e o investimento em tecnologias e práticas sustentáveis são aspectos fundamentais das empresas comprometidas com a responsabilidade socioambiental. Isso inclui a busca por soluções ecoeficientes e a integração de critérios de sustentabilidade no desenvolvimento de produtos e serviços.

As práticas socioambientais desempenham um papel crucial na construção de um modelo de negócios mais sustentável e ético. Alguns dos benefícios e importâncias dessas práticas incluem (Rasche, et. al. 2017):

a) **Reputação e Imagem Corporativa:** Empresas que adotam práticas socioambientais positivas geralmente desfrutam de uma reputação mais sólida e positiva junto aos seus stakeholders, incluindo clientes, investidores, funcionários e comunidades locais.

b) **Redução de Riscos e Custos:** A adoção de práticas sustentáveis pode ajudar as empresas a reduzir os riscos operacionais, legais e reputacionais, bem como os custos associados à gestão de resíduos, uso de recursos e conformidade regulatória.

c) **Engajamento dos Funcionários:** Empresas socialmente responsáveis tendem a atrair e reter talentos mais qualificados, além de promover um maior engajamento e satisfação entre os funcionários, que se identificam com os valores e propósitos da empresa.

d) **Acesso a Novos Mercados e Oportunidades de Negócio:** A crescente conscientização ambiental e social da sociedade tem levado a uma maior demanda por produtos e serviços sustentáveis. Empresas que se destacam nesse aspecto podem acessar novos mercados e oportunidades de negócio.

e) **Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável:** Ao adotar práticas socioambientais, as empresas contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades.

Em suma, as práticas socioambientais são essenciais para a construção de um modelo de negócios mais ético, sustentável e resiliente, capaz de gerar valor não apenas para as empresas, mas também para a sociedade e o meio ambiente. A integração dessas práticas nas estratégias e operações empresariais é fundamental para enfrentar os desafios globais e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (Bansal, 2018).

3 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos deste estudo têm como foco a análise da atuação da Empresa Delta no Complexo Penitenciário do Estado.

3.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa proposta adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva/analítica, fundamentada no estudo de caso. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa adequada para investigar fenômenos complexos em seu contexto real, permitindo uma compreensão aprofundada e holística do objeto de estudo (Yin, 2018). Nesse contexto, a escolha por uma abordagem qualitativa é fundamentada na natureza exploratória da pesquisa, que busca compreender os diversos aspectos e nuances das ações da empresa Delta no contexto do COPE.

A natureza exploratória da pesquisa permite uma investigação aprofundada de um fenômeno pouco estudado, possibilitando a identificação de fatores-chave, relações e dinâmicas subjacentes às ações socioambientais. Autores como Creswell e Creswell (2017) destacam que a pesquisa exploratória é essencial para fornecer insights iniciais e direcionar a investigação para áreas de interesse que possam não estar completamente definidas na literatura existente.

O caráter descritivo da pesquisa permitiu uma análise minuciosa das ações socioambientais, destacando como essas ações são implementadas e quais são os impactos observados. A abordagem descritiva buscou documentar, classificar e interpretar as características e aspectos relevantes do fenômeno estudado (Gil, 2008). Essa dimensão descritiva fornece uma base sólida para a análise posterior, enriquecendo a compreensão a respeito das ações socioambientais de organizações.

A abordagem analítica da pesquisa é essencial para aprofundar a compreensão do fenômeno, explorando as relações de causa e efeito, os fatores que influenciam a eficácia dos aspectos socioambientais desenvolvidos por empresas e as implicações para o desempenho organizacional. Yin (2018) destaca a importância da análise

analítica em estudos de caso para revelar padrões, tendências e relações subjacentes, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno investigado. Dessa forma, a combinação de uma abordagem qualitativa com elementos analíticos e descritivos proporcionará uma análise abrangente e significativa dos aspectos socioambientais desenvolvidos por empresas, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área.

3.2 Procedimentos da Pesquisa

Os procedimentos da pesquisa foram conduzidos por meio de uma abordagem qualitativa para uma compreensão abrangente das práticas socioambientais na Empresa Delta junto ao Complexo Penitenciário do Estado. Para capturar as nuances, expectativas e intenções dos envolvidos na empresa em relação às práticas socioambientais, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os responsáveis pela gestão, a saber, 1 Diretor de Administração (Entrevistado A), 1 Diretor Executivo da Empresa (Entrevistado B), 2 colaboradores que trabalham na oficina de trabalho no COPE (Entrevistado C e D), 1 colaborador da empresa que trabalha no setor de sustentabilidade (Entrevistado E). Entrevistas semiestruturadas são ferramentas eficazes para explorar percepções, motivações e sentimentos dos participantes em relação a um fenômeno específico (Bogdan & Biklen, 2006). Essa abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das perspectivas dos gestores em relação às práticas socioambientais da Empresa Delta.

Paralelamente, foram consultados relatórios e documentos da Empresa Delta para coletar informações sobre suas ações socioambientais, especialmente aquelas relacionadas ao projeto do COPE. Esses relatórios abordaram iniciativas, políticas e resultados relacionados à responsabilidade socioambiental da empresa, incluindo detalhes sobre a operação dentro do Complexo Penitenciário do Estado. Esses dados foram fundamentais para compreender o escopo e o impacto das ações da empresa nesse contexto específico. A utilização de relatórios e documentos como fontes de dados secundários é uma prática comum em pesquisas desse tipo, oferecendo consistência e profundidade na análise das práticas socioambientais (Creswell & Creswell, 2017).

4 Apresentação do Caso

Neste capítulo, descrevemos o caso da Empresa Delta no Complexo Penitenciário do Estado.

4.1 Empresa Delta e os Projetos Atuais no COPE

Conforme relatório interno consultado, a Empresa Delta (codinome adotado para manter o anonimato da empresa pesquisada), com 45 anos de atuação no mercado, é reconhecida por suas soluções em segurança, comunicação, redes e energia. Fundada em 1976 em São José, Santa Catarina, inicialmente fabricava centrais PABX (central telefônica), tornando-se pioneira ao lançar o primeiro PABX nacional na década de 1980. Na década seguinte, consolidou-se como líder nacional na produção de PABX e terminais telefônicos. A empresa, desde então, adotou uma filosofia de proximidade com as pessoas, mantendo-a até os dias atuais.

A partir de 2010, a Empresa Delta expandiu suas operações com a inauguração de três unidades fabris em Santa Rita do Sapucaí/MG, Manaus/AM e São José/SC, fortalecendo seu compromisso com a inovação, inteligência e inspiração, aspectos que considera parte de seu DNA (relatório interno). Com certificações ISO 14001 e ISO 9001 em várias de suas filiais, a empresa assegura o controle operacional sobre seus aspectos ambientais e a qualidade de seus processos (Empresa Delta, 2022).

Além disso, conforme registros a documentos internos a Empresa Delta mantém um termo de cooperação com a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa desde 2003, oferecendo trabalho para apenados do Complexo Penitenciário do Estado (COPE) em São Pedro de Alcântara. Inicialmente, a oficina de trabalho

contava com 40 presos; atualmente, o pólo fabril dentro do COPE emprega cerca de 400 reeducandos, cada um recebendo um salário mínimo mensal. A relação simbiótica entre a empresa e a unidade prisional é notável, sustentando-se pela legislação vigente e pelo mútuo benefício proporcionado (Empresa Delta, 2022).

No entanto, apesar dos avanços, a Empresa Delta enfrenta desafios contemporâneos, incluindo a necessidade de uma mudança de mentalidade destaca o Entrevistado A. Conforme documentado em seu relatório de sustentabilidade de 2021, a empresa tem trabalhado de forma sistemática para essa transformação, planejando e capacitando seus colaboradores para a mudança comportamental necessária. Esses esforços refletem-se nos cinco pilares de sustentabilidade das B Corp's, evidenciando o alinhamento da empresa com práticas empresariais social e ambientalmente responsáveis.

A Empresa Delta iniciou seu projeto de ressocialização com reeducandos em 2003, coincidindo com a inauguração do Complexo Penitenciário do Estado (COPE), construído para lidar com o déficit de vagas prisionais em Santa Catarina no início do novo milênio. A Penitenciária de São Pedro de Alcântara, onde está localizado o COPE, tinha um passado sombrio marcado por situações de violência e falta de segurança (conforme documento interno publicado no site da empresa, Santa Catarina, 2022).

Com investimentos do estado de Santa Catarina na área prisional, a imagem do COPE foi gradativamente transformada ao longo dos anos, melhorando as condições de cumprimento de pena. Isso teve um impacto positivo nas empresas que mantinham termos de cooperação com a Secretaria de Administração Prisional (Santa Catarina, 2022). (Error 6: La referencia: Santa Catarina, 2022 está ligada a un elemento que ya no existe)

Ao longo dos anos, a Empresa Delta consolidou suas atividades dentro do COPE, expandindo seu parque fabril. Inicialmente, em 2003, começou com 40 presos, e em 2023 emprega cerca de 400 reeducandos em várias linhas de produção, alcançando altos índices de produção. Ao investir no sistema prisional de Santa Catarina ao longo de duas décadas, a Empresa Delta não apenas criou empregos, mas também proporcionou renda para os presos e suas famílias, gerando esperança e demonstrando os frutos positivos dos investimentos realizados em 2003 (Setrab, 2022).

O projeto de ressocialização da Empresa Delta é exclusivo do COPE, devido a questões logísticas e proximidade com seu parque fabril em São José. Embora tenha havido tentativas de expandir o projeto para outras unidades prisionais, questões de mobilidade urbana e distância impediram sua continuidade. A empresa considera o projeto um sucesso, observando que, em muitos casos, a mão de obra dos apenados do COPE supera a dos colaboradores externos, dependendo do tipo de produto montado pelos internos (Empresa Delta, 2023).

Como mencionado anteriormente, e fala endossada pelo entrevistado B, conscientes de suas responsabilidades sociais, inicialmente, o projeto teve atuação modesta, ocupando um espaço ocioso dentro do COPE, empregando não mais que 40 (quarenta) presos. Com o passar dos anos, o projeto ganhou força, e o número de presos envolvidos aumentou, assim como o espaço utilizado. O trabalho dos presos inicialmente envolvia a montagem de aparelhos telefônicos, evoluindo para centrais telefônicas e, atualmente, abrange a montagem de câmeras de segurança e sistemas de vídeo monitoramento (Setrab, 2022).

Atualmente, a produção realizada pelos presos na oficina de trabalho do COPE é altamente eficiente, superando todas as expectativas de capacidade produtiva e mantendo um alto padrão de qualidade, graças a processos rigorosos de controle destaca entrevistado C. Durante os anos de 2019 a 2021, marcados pela pandemia mundial do Coronavírus, a venda de produtos de monitoramento e vigilância aumentou consideravelmente no Brasil (Setrab, 2022). Diante dessa forte demanda, houve a necessidade de expandir de forma significativa a capacidade produtiva da Empresa Delta dentro da unidade prisional, resultando na criação de novas vagas de trabalho. Atualmente, a Empresa Delta emprega mais de 400 (quatrocentos) presos dentro do COPE, tornando-se uma das maiores empresas atuantes no sistema prisional por meio de termo de cooperação (Setrab, 2022).

4.2 A Empresa Delta e seu alinhamento com as Premissas B no contexto do COPE

A Empresa Delta, embora não certificada como Empresa B, incorpora intrinsecamente suas premissas à cultura organizacional. Considera sua trajetória como inovadora, inteligente e inspiradora, tendo a inovação como parte de seu DNA. Investe significativamente em seu time para desenvolver produtos de alta tecnologia e qualidade, com a missão clara de contribuir para um futuro melhor. Sua filosofia é fundamentada na administração participativa, refletida em seu código de ética, conduta e conformidade, que delineiam sua cultura organizacional e postura em relação a stakeholders (Empresa Delta, 2023, entrevistado A).

A missão da Empresa Delta é "colaborar para um futuro melhor com soluções inovadoras e tecnologias que transformam a forma como as pessoas se comunicam, se conectam e se protegem, criando valor e oportunidades para nossos clientes, colaboradores e parceiros"). Seus valores incluem simplicidade, segurança nos negócios, qualidade, produtividade, empresa feliz, gestão participativa, ética, respeito pelo ser humano e transparência (Empresa Delta, 2023, Entrevistado B).

A empresa também se preocupa com a responsabilidade social, financiando projetos aprovados pela Lei Rouanet e pela lei de incentivo à cultura de Santa Catarina. Esses projetos incluem iniciativas sociais com crianças e meio ambiente, como a Associação Pró-Brejaru, Junior Achievement, Camerata, Bem te quer, Programa Preserve, Programa Aproxima, Jovem Aprendiz e Virada Social (Empresa Delta, 2023, Entrevistado B).

Na área ambiental, a Empresa Delta implementa o Programa Preserve, focado na gestão de resíduos sólidos, coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos, contribuindo para a redução da poluição e impactos ambientais. Além disso, mantém estações de tratamento de efluentes (ETE) em seus parques fabris, com tecnologia de membrana ultrafiltrante, e promove campanhas de conscientização sobre saúde, segurança e meio ambiente. Realiza ainda o descarte correto de produtos por meio da logística reversa, conforme a Lei nº 12.305 de 2010 (Empresa Delta, 2023, Entrevistado C).

A Empresa Delta aplica os princípios do Sistema B em sua cultura organizacional, com ênfase nos cinco pilares de avaliação: governança, trabalhadores, comunidade, meio ambiente e clientes. Esses pilares são detalhados em seu Relatório de Sustentabilidade (Empresa Delta, 2023). A Figura 01 apresenta de forma concisa o alinhamento das práticas das Empresas B com a atuação da Empresa Delta dentro do Complexo Penitenciário do Estado (COPE). Essa síntese visual destaca como a empresa Delta incorpora os princípios e valores das Empresas B em suas operações dentro do sistema prisional, evidenciando seu compromisso com a sustentabilidade, responsabilidade social e governança corporativa. A análise dessa figura oferece uma visão clara e abrangente das áreas em que a Empresa Delta e as Empresas B convergem em termos de impacto social, ambiental e de governança, ressaltando a importância e eficácia de sua atuação dentro do COPE. Nessa demonstração, é possível perceber como o Sistema B, a Empresa Delta e o Sistema Prisional se conectam, revelando que, apesar de possuírem objetivos diferentes, os pilares de avaliação se interligam em determinados aspectos.

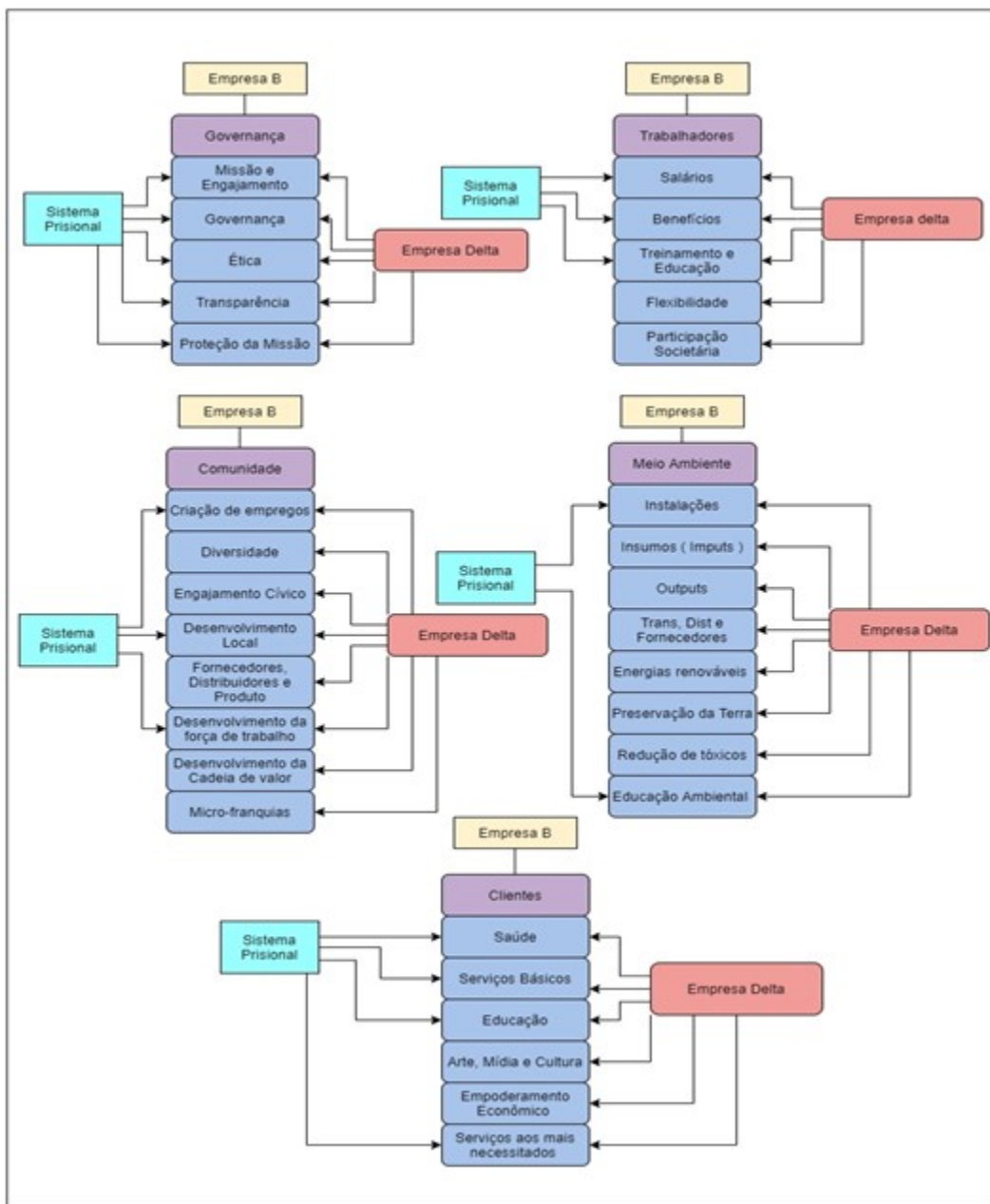


Figura 01: Alinhamento do sistema prisional e da empresa Delta quanto Sistema B.

Fonte: Elaborada a partir dos dados de pesquisa

No pilar de governança, tanto a Empresa Delta quanto o Sistema Prisional de Santa Catarina cumprem todos os requisitos necessários para pontuação (Relatório de Sustentabilidade 2021, 2023), conforme evidenciado nos relatórios de sustentabilidade da empresa Delta. O sistema prisional adota práticas de governança similares às do Governo do Estado de Santa Catarina, um dos cinco pilares de avaliação do Sistema B Corps (Santa Catarina, 2023).

No pilar Trabalhadores, a Empresa Delta atende a todos os critérios, enquanto o sistema prisional aborda apenas salário, benefícios e treinamento e educação. Os salários são garantidos por meio de termos de cooperação entre empresas privadas e a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa, que instalam linhas de produção dentro das unidades prisionais, proporcionando trabalho e renda (Santa Catarina, 2023).

Os benefícios, como bônus por metas de produção alcançadas e dias remidos na pena para cada dia trabalhado, são concedidos pela própria empresa (Brasil, 2022).

No pilar Comunidade, a Empresa Delta atinge todos os critérios (Relatório de Sustentabilidade 2021, 2023), enquanto o sistema prisional se concentra na criação de empregos, desenvolvimento local e da força de trabalho. A criação de empregos ocorre por meio dos termos de cooperação entre empresas privadas e a SAP, proporcionando aos apenados uma profissão e gerando renda (Santa Catarina, 2023). No desenvolvimento local, parte significativa dos salários dos apenados é gasta pelos familiares nos comércios próximos às cadeias, contribuindo para o crescimento dessas comunidades. O termo de cooperação também ajuda os apenados a adquirirem habilidades profissionais, oferecendo esperança e perspectivas de uma vida melhor (Santa Catarina, 2023).

No pilar meio ambiente, a Empresa Delta também atende a todos os critérios (Relatório de Sustentabilidade 2021, 2023), enquanto o sistema prisional adota medidas como construções que atendem aos requisitos ambientais, principalmente no tratamento de esgoto, com a implementação de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) (Santa Catarina, 2023). Na educação ambiental, os resíduos produzidos nas cadeias, incluindo sobras alimentícias e papel, são utilizados em compostagem e reciclagem (Santa Catarina, 2023).

Por último, no pilar clientes, a Empresa Delta atende a todos os critérios de ligação com a Empresa B. O sistema prisional garante aos apenados acesso irrestrito à saúde e a todos os serviços básicos de atenção. Na educação, oferece programas como EJA, ENCEJA, PRONATEC, vestibular e cursos do Sistema S. (Entrevistado A). Além disso, por meio de parcerias, cria oportunidades de trabalho e renda para os apenados (Santa Catarina, 2023).

4.3 Impactos e aprendizagem acumulada a partir do projeto COPE

A Empresa Delta alinha seus objetivos socioambientais com seus interesses comerciais e financeiros por meio de uma abordagem estratégica que integra a responsabilidade social e ambiental em todas as áreas de suas operações. Listamos algumas maneiras pelas quais a empresa realiza esse alinhamento conforme falas dos entrevistados A, B, C, D e E:

- ü Projeto de Ressocialização em Unidades Prisionais: A Empresa Delta investe em um projeto de ressocialização de pessoas privadas de liberdade dentro das unidades prisionais. Esse projeto não apenas contribui para a reintegração social dos detentos, mas também atende às necessidades comerciais da empresa, fornecendo mão de obra para a montagem de produtos, como câmeras de segurança e sistemas de monitoramento (Entrevistados A e B).

- ü Aproveitamento de Mão de Obra Prisional: A empresa emprega presos dentro das unidades prisionais, proporcionando-lhes oportunidades de trabalho significativas. Essa iniciativa não apenas contribui para a ressocialização dos detentos, mas também ajuda a empresa a expandir sua capacidade produtiva e atender à demanda do mercado, especialmente durante períodos de aumento na venda de produtos de monitoramento e vigilância (Entrevistados C e D).

- ü Ampliação da Capacidade Produtiva: A Empresa Delta identificou uma forte demanda por seus produtos durante a pandemia global do coronavírus, especialmente na área de monitoramento e vigilância. Como resposta, ampliou agressivamente sua capacidade produtiva dentro das unidades prisionais, criando novas vagas de trabalho para os presos. Isso não apenas atende às necessidades comerciais da empresa, mas também fortalece seu compromisso socioambiental ao fornecer oportunidades de emprego significativas para a população carcerária (Entrevistado A).

- ü Termo de Cooperação com o Sistema Prisional: A Empresa Delta estabeleceu um termo de cooperação com o sistema prisional, o que demonstra seu compromisso de contribuir para a ressocialização dos detentos e para a melhoria das condições dentro das unidades prisionais. Esse alinhamento estratégico também pode

ajudar a empresa a promover sua imagem corporativa e a fortalecer sua reputação no mercado (Entrevistados B e E)..

A Empresa Delta acumulou diversas experiências significativas a partir de suas práticas socioambientais no Centro de Observação e Triagem Penitenciária (COPE). Ao longo do tempo, essas experiências contribuíram para uma compreensão mais ampla e profunda dos impactos positivos dessas iniciativas. Abaixo estão algumas das principais lições aprendidas:

- ü Impacto positivo na ressocialização: A Delta percebeu que os programas de trabalho desenvolvidos dentro das unidades prisionais têm um impacto significativo na ressocialização dos detentos (Entrevistado A). Ao oferecer oportunidades de emprego e capacitação, a empresa testemunhou uma possível redução na reincidência criminal e uma melhoria na reintegração dos ex-detentos à sociedade (Entrevistado B).

- ü Eficiência e qualidade da produção: A experiência no COPE permitiu à Delta avaliar a eficiência e qualidade da produção realizada pelos detentos (Entrevistado E). Implementando rigorosos processos de controle de qualidade e supervisionando de perto a produção, a empresa identificou áreas de melhoria e oportunidades para aumentar a eficiência operacional (Entrevistado C).

- ü Ampliação da capacidade produtiva: O sucesso do projeto no COPE levou a Delta a compreender a importância da ampliação da capacidade produtiva em resposta à demanda do mercado (Entrevistado B). A empresa aprendeu a adaptar sua produção de acordo com as necessidades do mercado, aproveitando as oportunidades de crescimento e expansão (Entrevistado C).

- ü Parcerias estratégicas: A colaboração com o sistema prisional ensinou à Delta a importância das parcerias estratégicas na implementação de programas socioambientais (Entrevistado B). Ao estabelecer um termo de cooperação com o sistema prisional, a empresa reconheceu os benefícios de colaborar com outras instituições e agências governamentais para alcançar objetivos comuns de responsabilidade social e ambiental (Entrevistado D).

Essas experiências acumuladas pela Empresa Delta no COPE refletem seu compromisso com a responsabilidade social corporativa e demonstram como as práticas socioambientais podem não apenas beneficiar os detentos e a sociedade, mas também fortalecer a eficiência operacional e promover o crescimento sustentável da empresa.

4.4 Discussão

O sistema prisional de Santa Catarina começou a oferecer trabalho remunerado para os reeducandos no início dos anos 2000. Anteriormente, as atividades laborais dentro das cadeias do estado limitavam-se a trabalhos braçais, como limpeza, manutenção predial, carpintaria, pedreiro, encanador, entre outras atividades, que não agregavam conhecimento intelectual aos presos. Em troca desse trabalho, os presos recebiam apenas remissão: a cada três dias trabalhados, um dia era remido de sua pena, sem retribuição financeira.

Com a nova política laboral no interior das unidades prisionais e a criação de convênios entre empresas privadas e a SAP (Secretaria de Administração Prisional), pode-se oferecer trabalho aos apenados e proporcionar uma profissão para esses apenados, que mais tarde, no momento de sua soltura, poderiam ter perspectivas de mudança de vida. Como já citado no trabalho, a Empresa Delta é pioneira na utilização de mão de obra de apenados no estado, sendo atualmente uma das empresas mais importantes dentro do sistema prisional em Santa Catarina.

A inclusão de presos por meio do trabalho digno e decente durante o cumprimento de suas penas pode ser considerada uma quebra de paradigmas, criando vários elementos que são relevantes para garantir uma abordagem eficaz e positiva. Alguns desses elementos incluem:

- ü Ressocialização: O trabalho digno e decente dentro do sistema prisional pode ajudar na ressocialização dos detentos, oferecendo-lhes habilidades e oportunidades de emprego que os ajudem a reintegrar-se na sociedade após o cumprimento de suas penas.

ü Redução da reincidência: Proporcionar trabalho digno e decente aos detentos pode reduzir as taxas de reincidência, pois o emprego pode ajudar a estabelecer uma base para uma vida estável após a libertação, diminuindo a probabilidade de que retornem à criminalidade.

ü Autoestima e autoconfiança: O trabalho pode aumentar a autoestima e a autoconfiança dos detentos, dando-lhes um senso de propósito e realização, o que pode ser crucial para sua reabilitação.

ü Ocupação produtiva: O trabalho dentro da prisão proporciona uma ocupação produtiva aos detentos, ocupando seu tempo de maneira significativa e evitando o tédio e a ociosidade que podem levar a problemas comportamentais dentro das instalações.

ü Redução de tensões internas: O trabalho pode ajudar a reduzir a tensão e os conflitos dentro da população carcerária, criando um ambiente mais harmonioso.

ü Geração de renda: O trabalho pode permitir que os detentos ganhem uma renda, o que lhes dá a oportunidade de apoiar a si mesmos e suas famílias, além de economizar para o futuro.

ü Aquisição de habilidades: O trabalho proporciona aos detentos a oportunidade de aprender novas habilidades ou aprimorar as habilidades existentes, aumentando suas perspectivas de emprego após a libertação.

ü Conexão com a sociedade: O trabalho dentro das prisões pode envolver a produção de bens e serviços que são vendidos externamente, criando uma conexão entre a prisão e a sociedade em geral.

ü Redução de tensões entre a população carcerária e a equipe: O trabalho pode contribuir para a redução de conflitos entre os detentos e a equipe prisional, pois os detentos podem se sentir mais valorizados e tratados com dignidade.

ü Cumprimento de obrigações legais: Oferecer trabalho digno e decente aos detentos pode estar em conformidade com os princípios de direitos humanos e as obrigações legais internacionais relacionadas ao tratamento humano e justo dos presos.

Esses aspectos se alinham com os pilares do Sistema B, contribuindo para a governança responsável, o desenvolvimento dos trabalhadores, a construção de comunidades mais inclusivas, a possibilidade de impactos indiretos no meio ambiente e o atendimento das necessidades dos "clientes" detentos em busca de ressocialização e reintegração na sociedade.

Em geral, proporcionar trabalho digno e decente aos detentos é uma abordagem holística e abrangente para o sistema prisional, que pode trazer benefícios significativos para os detentos, a equipe técnica prisional e a sociedade em geral. Isso pode ajudar a promover a reabilitação dos detentos, a redução do crime e criar um ambiente prisional mais positivo e humanitário (Entrevistado B). No entanto, é importante observar que o alinhamento com os pilares do Sistema B não é absoluto e direto (Entrevistado A). O principal objetivo do trabalho dentro do sistema prisional é a reabilitação e reintegração dos detentos, e não necessariamente a busca pelo lucro ou a sustentabilidade ambiental (Entrevistado E). Portanto, enquanto esses aspectos podem estar alinhados com os princípios do Sistema B, é importante reconhecer as particularidades e objetivos específicos do sistema prisional, adaptando as práticas para promover o impacto social positivo nesse contexto.

No que diz respeito à governança, a oferta de trabalho digno e decente dentro do sistema prisional pode ser vista como uma iniciativa alinhada com a governança responsável e comprometida com valores éticos e sociais (Entrevistado D). Segundo Freeman et al. (2019), uma boa governança empresarial deve considerar os interesses de todas as partes interessadas (stakeholders), incluindo detentos, e deve buscar a maximização de valor para a sociedade como um todo. Nesse sentido, a promoção da ressocialização e reintegração dos detentos por meio do trabalho pode ser considerada uma prática de governança socialmente responsável.

Acerca do pilar trabalhadores, a oferta de oportunidades de emprego para detentos pode ser vista como uma forma de empoderamento e desenvolvimento dos trabalhadores, uma vez que proporciona habilidades e capacitação para futuras oportunidades de trabalho após a liberação (Entrevistado A e B). No entanto, é importante garantir que esses trabalhadores recebam salários justos e condições de trabalho adequadas. Nesse contexto, a perspectiva de Pfeffer (2018) sobre o modelo de trabalho tóxico deve ser considerada. O autor

destaca a importância de garantir que os trabalhadores tenham segurança, dignidade e voz nas organizações, independentemente do contexto em que se encontram.

Quanto ao pilar comunidade, a atuação do sistema prisional por meio da oferta de trabalho para detentos pode ter implicações positivas na comunidade em geral, conforme também destacaram os entrevistados A e C. A ressocialização bem-sucedida dos detentos pode contribuir para a redução da criminalidade e a construção de comunidades mais coesas e seguras. De acordo com Porter e Kramer (2019), as empresas podem desempenhar um papel importante na criação de valor compartilhado com a comunidade, e o sistema prisional pode ser visto como um agente que busca o bem-estar social ao proporcionar oportunidades de reinserção na sociedade.

Sobre o pilar meio ambiente, e no que se refere ao pilar clientes, no contexto do sistema prisional, os detentos podem ser considerados "clientes" em relação aos programas de reabilitação e reintegração social oferecidos (Entrevistados D e E). A perspectiva de Kimbell (2011) sobre o design de serviços pode ser relevante nesse contexto. Os autores destacam a importância de projetar serviços que atendam às necessidades dos clientes e promovam a satisfação e o bem-estar. Nesse sentido, a oferta de oportunidades de trabalho digno e decente pode ser vista como um serviço que busca atender às necessidades de reintegração dos detentos e sua ressocialização na sociedade.

Em suma, a atuação do sistema prisional via oferta de oportunidades de emprego para detentos apresenta implicações positivas alinhadas com os pilares do Sistema B. No entanto, é importante garantir uma abordagem ética, justa e socialmente responsável, considerando as necessidades dos detentos como trabalhadores e clientes, bem como o impacto na comunidade e potenciais implicações indiretas no meio ambiente. As práticas adotadas pelo sistema prisional devem refletir uma governança comprometida com o desenvolvimento social e o bem-estar de todas as partes interessadas envolvidas (Freeman et al., 2019).

No contexto do trabalho prisional, as práticas da Delta, embora apresentadas como positivas e alinhadas com os princípios do Sistema B, podem levantar algumas questões e controvérsias que merecem uma análise mais crítica. Destacamos alguns dos possíveis pontos negativos ou controvérsias identificados no estudo realizado:

a) Liberdade de escolha e consentimento dos detentos:

- **Trabalho forçado ou semi-forçado:** Uma das principais questões éticas no contexto do trabalho prisional é se os detentos têm liberdade de escolha para participar dos programas de trabalho. Em muitos sistemas prisionais, os detentos podem sentir-se pressionados a trabalhar devido à falta de alternativas ou ao desejo de reduzir suas penas. Isso pode levantar questões sobre o consentimento real e a autonomia dos detentos.

- **Remuneração justa:** Embora os achados do estudo mencionem que os detentos recebem um salário mínimo, é importante questionar se essa remuneração é justa em relação ao trabalho realizado e se é suficiente para garantir uma vida digna após a libertação. Em alguns casos, os salários pagos a detentos podem ser considerados simbólicos, o que pode ser visto como uma forma de exploração.

b) Condições de trabalho e segurança

- **Ambiente de trabalho:** as evidências mapeadas não detalham as condições de trabalho dentro do COPE. Seria importante avaliar se os detentos trabalham em condições seguras e dignas, com acesso a equipamentos de proteção, descanso adequado e tratamento justo. Condições precárias de trabalho podem minar os benefícios sociais e psicológicos que o trabalho deveria proporcionar.

- **Supervisão e tratamento:** outra questão é como os detentos são supervisionados e tratados no local de trabalho. Há relatos em outros contextos de abusos e maus-tratos em ambientes de trabalho prisional, o que poderia ser uma preocupação também no caso da Delta.

c) Impacto real na ressocialização

- **Eficácia dos programas:** embora nossas constatações afirmem que os programas de trabalho têm um impacto positivo na ressocialização, não há dados concretos ou estudos de longo prazo que comprovem essa afirmação. Seria importante numa próxima oportunidade questionar se os detentos que participam dos

programas têm realmente menos chances de reincidir após a libertação. Sem evidências empíricas, é difícil avaliar a eficácia real dessas iniciativas.

- **Preparação para o mercado de trabalho:** outra questão é se os programas de trabalho oferecidos pela Delta realmente preparam os detentos para o mercado de trabalho após a libertação. A mera experiência de trabalho pode não ser suficiente se não for acompanhada de capacitação profissional e apoio para a reintegração social.

d) Benefícios para a empresa versus benefícios para os detentos

- **Interesses comerciais versus sociais:** embora a Delta seja apresentada como uma empresa socialmente responsável, é importante questionar se os benefícios para a empresa (como o aumento da capacidade produtiva e a redução de custos com mão de obra) não estão sendo priorizados em detrimento dos interesses dos detentos. A empresa pode estar se beneficiando de mão de obra barata, o que poderia ser visto como uma forma de exploração.

- **Transparência e accountability:** nossas evidências mapeadas não permitem concluir se a Delta é transparente sobre como os lucros gerados pelo trabalho dos detentos são reinvestidos em programas sociais ou em melhorias para os próprios detentos. A falta de transparência pode levantar questões sobre a real intenção da empresa em promover o bem-estar social.

e) Impacto nas comunidades locais

- **Concorrência com trabalhadores externos:** a contratação de detentos pode gerar tensões com trabalhadores externos, especialmente se houver a percepção de que a empresa está substituindo mão de obra regular por mão de obra prisional mais barata. Isso pode ter um impacto negativo nas comunidades locais, especialmente em regiões com altas taxas de desemprego.

- **Dependência econômica:** se a economia local se tornar dependente do trabalho prisional, isso pode criar um ciclo vicioso em que as comunidades passam a depender de um sistema que, em última análise, perpetua a desigualdade e a exclusão social.

f) Aspectos legais e éticos

- **Conformidade com as leis trabalhistas:** é importante verificar se o trabalho realizado pelos detentos está em conformidade com as leis trabalhistas do país. Em alguns casos, o trabalho prisional pode ser visto como uma forma de burlar as regulamentações trabalhistas, o que poderia ser considerado antiético.

- **Direitos humanos:** o trabalho prisional pode levantar questões sobre os direitos humanos dos detentos, especialmente se houver qualquer forma de coerção ou exploração. É importante garantir que os detentos sejam tratados com dignidade e que seus direitos sejam respeitados.

g) Sustentabilidade a longo prazo

- **Continuidade dos programas:** o estudo não discute se os programas de trabalho no COPE são sustentáveis a longo prazo. Seria importante avaliar se a Delta tem planos para manter esses programas no futuro e se eles são financeiramente viáveis sem comprometer a qualidade do trabalho ou o bem-estar dos detentos.

- **Impacto ambiental:** embora a Delta tenha práticas ambientais, é importante questionar se o aumento da produção no COPE, especialmente durante a pandemia, teve algum impacto negativo no meio ambiente, como o aumento do consumo de recursos ou da geração de resíduos.

Embora as práticas da Delta no COPE sejam apresentadas como positivas e alinhadas com os princípios do Sistema B, há várias questões e controvérsias que precisam ser consideradas para uma análise mais neutra e equilibrada. Questões como a liberdade de escolha dos detentos, as condições de trabalho, a eficácia dos programas de ressocialização e os potenciais conflitos de interesse entre os objetivos comerciais e sociais da empresa são aspectos que merecem uma discussão mais aprofundada.

4.5 Implicações dos Achados e Limitações do Estudo

No contexto da responsabilidade socioambiental e do alinhamento com os princípios do Sistema B, existem diversas ferramentas de avaliação que podem ser utilizadas para medir o desempenho das empresas em relação a práticas sustentáveis e socialmente responsáveis. O Sistema COPE não adota nenhuma ferramenta de mensuração, o que pode ser considerado uma limitação. Essas ferramentas podem ser tanto quantitativas quanto qualitativas, e muitas vezes combinam ambos os tipos de critérios para fornecer uma avaliação mais abrangente. Além disso, a divulgação dessas práticas e a transparência na comunicação com os stakeholders são aspectos fundamentais para garantir a credibilidade e o impacto positivo das iniciativas. São exemplos de ferramentas de avaliação:

a) **Avaliação de Impacto B (B Impact Assessment - BIA):** o BIA é a principal ferramenta utilizada pelo Sistema B para avaliar o desempenho social e ambiental das empresas. Ele abrange cinco áreas principais: governança, trabalhadores, comunidade, meio ambiente e clientes. A avaliação é baseada em uma combinação de critérios quantitativos (como métricas de redução de emissões de carbono, percentual de funcionários com benefícios, etc.) e qualitativos (como políticas de transparência, práticas de engajamento com a comunidade, etc.). Empresas que desejam se certificar como Empresas B devem atingir uma pontuação mínima de 80 pontos em 200 possíveis no BIA.

b) **Relatórios de Sustentabilidade:** muitas empresas, incluindo a Delta, produzem relatórios de sustentabilidade que detalham suas práticas socioambientais, metas e desempenho. Esses relatórios geralmente incluem dados quantitativos (como métricas de consumo de energia, emissões de CO₂, etc.) e informações qualitativas (como descrições de programas sociais, políticas de governança, etc.). Os relatórios de sustentabilidade são frequentemente utilizados para comunicar o desempenho da empresa aos stakeholders e para demonstrar conformidade com padrões internacionais, como os da Global Reporting Initiative (GRI).

c) **Auditorias e Certificações:** empresas podem passar por auditorias externas para obter certificações como ISO 14001 (gestão ambiental) ou ISO 26000 (responsabilidade social). Essas auditorias avaliam tanto aspectos quantitativos (como conformidade com limites de emissões) quanto qualitativos (como a existência de políticas de responsabilidade social). As certificações são uma forma de validar as práticas da empresa perante terceiros e aumentar a confiança dos stakeholders.

Outrossim, são considerados importantes mecanismos de divulgação:

a) **Redes Sociais e Mídias Digitais:** empresas utilizam plataformas como LinkedIn, Twitter, Facebook e Instagram para divulgar suas práticas socioambientais, compartilhar histórias de sucesso e engajar o público. A Delta poderia utilizar essas plataformas para comunicar seus projetos no COPE, destacando os impactos positivos na ressocialização de detentos e na sustentabilidade ambiental.

b) **Relatórios Anuais e Sites Corporativos:** relatórios anuais de sustentabilidade e seções dedicadas no site corporativo são comumente utilizados para divulgar informações detalhadas sobre as práticas socioambientais da empresa. A Delta já menciona a produção de relatórios de sustentabilidade, que podem ser disponibilizados publicamente no site da empresa para garantir transparência.

c) **Comunicação Direta com Stakeholders:** reuniões, newsletters e eventos são utilizados para comunicar diretamente com stakeholders, incluindo investidores, funcionários, clientes e comunidades locais. A Delta poderia realizar eventos ou webinars para discutir os resultados de suas iniciativas no COPE e receber feedback dos stakeholders.

d) **Transparência na Comunicação com Stakeholders:** para garantir transparência, os relatórios de sustentabilidade e outras informações relevantes devem ser facilmente acessíveis a todos os stakeholders. A Delta poderia disponibilizar seus relatórios de sustentabilidade em seu site e enviar cópias para stakeholders-chave, como investidores e parceiros comunitários.

e) **Feedback e Engajamento:** mecanismos para receber feedback dos stakeholders, como pesquisas de satisfação e canais de comunicação direta, são importantes para garantir que as práticas da empresa estejam alinhadas com as expectativas e necessidades da comunidade. A Delta poderia implementar canais de feedback para receber sugestões e críticas sobre suas práticas socioambientais, especialmente no contexto do COPE.

f) **Certificações e Selos:** a obtenção de certificações reconhecidas, como o selo de Empresa B, pode aumentar a credibilidade e a transparência das práticas da empresa. Embora a Delta não seja formalmente certificada como uma Empresa B, a busca por essa certificação poderia ser uma forma de demonstrar seu compromisso com os princípios do Sistema B e aumentar a confiança dos stakeholders.

Portanto, é notório que existem diversas ferramentas de avaliação que combinam critérios quantitativos e qualitativos para medir o desempenho socioambiental das empresas. A divulgação dessas práticas pode ser feita via redes sociais, relatórios anuais, sites corporativos e comunicação direta com stakeholders. Para garantir transparência, é essencial que os relatórios sejam comunicados de maneira clara e acessível a todos os stakeholders, e que mecanismos de feedback estejam disponíveis para receber e incorporar sugestões e críticas. A Delta já utiliza algumas dessas práticas, mas poderia fortalecer sua comunicação e transparência, especialmente no contexto de suas iniciativas no COPE, para garantir uma maior credibilidade e impacto positivo.

5 Considerações Finais

Neste estudo, exploramos as práticas socioambientais da Empresa Delta no Complexo Penitenciário do Estado, buscando compreender como a empresa integra suas ações sociais e ambientais em suas operações dentro do contexto desafiador do sistema prisional. A partir da análise dos dados coletados por meio de entrevistas e fontes secundárias, pudemos tirar conclusões significativas que ressaltam a importância da responsabilidade social e ambiental no meio empresarial.

Em primeiro lugar, a pesquisa confirmou a aderência dos objetivos socioambientais da Empresa Delta com suas estratégias de negócios, evidenciando que as práticas sustentáveis não são apenas uma escolha ética, mas também uma estratégia inteligente para garantir o sucesso a longo prazo da empresa. Ao investir em programas de trabalho no COPE, a Delta não apenas cumpre seu papel social, mas também fortalece sua reputação e promove o engajamento dos funcionários.

Os achados do estudo evidenciam a confluência entre as práticas da Delta e os princípios do Sistema B, especialmente nas seguintes esferas:

a) **Governança:** A Delta demonstra um compromisso com a transparência e a responsabilidade legal, aspectos fundamentais do Sistema B. A empresa mantém relatórios de sustentabilidade e adota práticas de governança que visam equilibrar lucro e propósito social. Isso está alinhado com o pilar de governança do Sistema B, que enfatiza a importância de uma gestão ética e transparente.

b) **Trabalhadores:** A empresa oferece oportunidades de trabalho e capacitação para detentos no COPE, promovendo a ressocialização e a reintegração social. Essa prática está em consonância com o pilar de trabalhadores do Sistema B, que valoriza o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores. No entanto, é importante ressaltar que, no contexto prisional, os trabalhadores são detentos, o que pode levantar questões sobre a neutralidade e a ética do trabalho forçado ou semi-forçado.

c) **Comunidade:** A Delta contribui para o desenvolvimento local ao empregar detentos e gerar renda para suas famílias, além de investir em projetos sociais e ambientais. Isso reflete o pilar de comunidade do Sistema B, que busca criar impacto positivo nas comunidades onde as empresas operam.

d) **Meio Ambiente:** A empresa implementa práticas de gestão ambiental, como a coleta seletiva de resíduos e o tratamento de efluentes, alinhando-se ao pilar de meio ambiente do Sistema B. Essas práticas demonstram um compromisso com a sustentabilidade ambiental.

e) **Clientes:** No contexto do COPE, os detentos podem ser vistos como "clientes" dos programas de ressocialização. A Delta oferece oportunidades de trabalho e capacitação, visando a reintegração social dos detentos. Isso está alinhado com o pilar de clientes do Sistema B, que busca atender às necessidades dos clientes de forma ética e responsável.

Ao realizar uma análise numa perspectiva crítica, embora o trabalho no COPE seja apresentado como uma oportunidade de ressocialização, é importante questionar se os detentos têm liberdade de escolha em participar desses programas e se as condições de trabalho são justas e dignas. Fato é que o sistema prisional apresenta uma estrutura tradicional e pouca flexibilidade para inovações. Outrossim, é preciso lembrar que há riscos de exploração de alternativas inovadoras quando os detentos não são adequadamente remunerados e protegidos.

Outra reflexão importante é que o estudo verificou que os programas de trabalho têm um impacto positivo na ressocialização, mas nenhum entrevistado, tampouco dado secundário fornece dados concretos ou estudos de longo prazo que comprovem essa afirmação. Uma análise mais neutra exigiria a inclusão de evidências empíricas ou relatos de terceiros que validem esses impactos.

A Delta não é formalmente certificada como uma Empresa B, mas o paper sugere que suas práticas estão alinhadas com os princípios do Sistema B. A empresa Delta ainda não buscou essa certificação porque os gestores a desconheciam. O estudo realizado é um diagnóstico inicial que busca prover dados importantes e estratégicos para a tomada de decisão dos gestores e a possível adesão aos princípios do Sistema B. Isso não afeta sua credibilidade como uma empresa socialmente responsável. O próximo passo é realizar uma análise dos custos e benefícios da certificação. Por fim, é preciso lembrar que pode haver potenciais conflitos de interesse entre os objetivos comerciais da Delta e suas iniciativas socioambientais. Por exemplo, a empresa pode estar se beneficiando de mão de obra barata no COPE, o que poderia ser visto como uma prática questionável do ponto de vista ético.

Uma das principais conclusões deste estudo é a constatação de que as práticas socioambientais não são apenas benéficas para a sociedade e o meio ambiente, mas também para a própria empresa. Além de contribuir para a ressocialização dos detentos e promover a conservação ambiental, as ações da Delta resultaram em benefícios tangíveis, como redução de custos, aumento da eficiência operacional e fortalecimento da marca.

No contexto acadêmico, este estudo contribui para a literatura sobre responsabilidade social corporativa, destacando a importância de considerar o impacto das práticas empresariais em comunidades vulneráveis e ambientes delicados. Ao analisar as estratégias da Empresa Delta, pudemos identificar padrões e tendências que podem informar futuras pesquisas e práticas empresariais, especialmente em setores complexos como o sistema prisional.

Além disso, este estudo oferece insights valiosos para o meio empresarial, demonstrando que é possível conciliar sucesso financeiro com responsabilidade social e ambiental. A Empresa Delta emerge como um exemplo inspirador de como as empresas podem desempenhar um papel significativo na promoção do bem-estar social e ambiental, ao mesmo tempo em que garantem sua própria viabilidade econômica.

Em resumo, este estudo ressalta a importância de uma abordagem integrada e holística para a responsabilidade empresarial, que reconhece os benefícios mútuos de contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente. Ao seguir o exemplo da Empresa Delta e investir em práticas sustentáveis, as empresas podem não apenas melhorar sua reputação e atrair talentos, mas também contribuir para um mundo mais justo, equitativo e sustentável para as gerações futuras.

São limitações do estudo a ausência de dados quantitativos e qualitativos para comprovação dos impactos negativos ou controvérsias das práticas adotadas pela empresa Delta, especialmente no contexto do trabalho prisional. A inclusão de dados quantitativos ou qualitativos que comprovem os impactos das iniciativas da Delta, como taxas de reincidência criminal entre os detentos que participaram dos programas, fortaleceria a análise e a tornaria mais neutra. Logo, torna-se uma oportunidade para pesquisas vindouras explorarem em profundidade. Além disso, estudos futuros poderiam comparar as práticas da Delta com as de outras empresas certificadas pelo Sistema B, destacando semelhanças e diferenças. Isso ajudaria a contextualizar o caso da Delta dentro do movimento mais amplo das Empresas B. E ainda, realizar uma análise dos custos e benefícios da certificação do sistema prisional.

Referências

- Abramovay, R., Correa, M. E., Gatica, S., & Hoof, B. Van. (2013). *Nuevas Empresas, Nuevas Economías: Empresas B Em Sur América*. São Paulo: Formin.
- Acello, K. (2014). Having Your Cake and Eating It, Too: Making the Benefit Corporation Work in Massachusetts. *Suffolk University Law Review*, 47(9), 91-115.
- Akatu. (2012). *Pesquisa Akatu 2012: Rumo à Sociedade do bem-estar*. São Paulo: Instituto Akatu.
- Bansal, P. (2018). Corporate sustainability: Mapping the terrain. In *A Research Agenda for Management and Organization Studies* (pp. 25-44). Edward Elgar Publishing.
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (2006). *Qualitative Research for Education: An Introduction to Theory and Methods*. Boston, MA: Pearson.
- Brasil. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execuções Penal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm.
- Campos, S. A. P., Palma, L. C., Neutzling, D. M., Zucatto, L. C., & Slongo, L. A. (2013). A comunicação verde fala por si? Efeitos na identidade corporativa e propensão de compra. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(2), 191-204.
- Chen, X., & Kelly, T. F. (2015). B-Corps – A Growing Form of Social Enterprise: Tracing Their Progress and Assessing Their Performance. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 22(1), 102-114.
- Clark, G. L., Feiner, A., & Viehs, M. (2015). From the stockholder to the stakeholder: How sustainability can drive financial outperformance. *Available at SSRN 2508281*.
- Comini, G., Fidelholc, M., & Rodrigues, J. (2014). *Empresas B: Princípios e desafios do Movimento B Corp*.
- Correa, M. E. (2021). *Sistema B e as Empresas B na América Latina: Um movimento social que muda o sentido do sucesso empresarial*. Colômbia: CAF.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2014). *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Abordagens de métodos Misto* (4ª ed.). Grupo A.
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. *Management science*, 60(11), 2835-2857.
- Empresa Delta. (2023). Entrevista concedida por representante da Empresa, ano de 2023.
- Freeman, R. E., Harrison, J. S., & Wicks, A. C. (2007). *Managing for stakeholders: Survival, reputation, and success*. Yale University Press.
- Froehlich, C., & Wecker, A. C. (2022). A caracterização do modelo de negócio sustentável das B Corps. X SINGEP e a 10ª Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) 26, 27 e 28 de outubro de 2022.
- Gazzola, P., Grechi, D., Ossola, P., & Pavione, E. (2019). Certified Benefit Corporations como uma nova maneira de fazer negócios sustentáveis: O exemplo italiano. doi:10.1002/csr.1758
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Honeyman, R. (2014). *O manual da empresa B*. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.
- Kim, Y. (2021). Responsabilidade social corporativa certificada? O estudo atual das Empresas B certificadas e não certificadas. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(6), 1760-1768.
- Kimbell, L. (2011). Designing for service as one way of designing services. *International Journal of Design*, 5(2).

- Kopnina, H., & Blewitt, J. (2014). *Sustainable business: Key issues*. Routledge.
- Kramer, M. R., & Porter, M. (2011). *Creating shared value*. Boston, MA, USA: FSG.
- Li, L. Z., & Soule, S. A. (2021). Corporate activism and corporate identity. *SSRN Electronic Journal*, 1-46.
- Meseguer-Sánchez, V., Gálvez-Sánchez, F. J., López-Martínez, G., & Molina-Moreno, V. (2021). Corporate social responsibility and sustainability. A bibliometric analysis of their interrelations. *Sustainability*, 13(4), 1636.
- Ortigoza, S. A. G., & Cortez, A. T. C. (2019). *As Produção Ao Consumo Impactos Socioambientais No Espaço Urbano*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Rasche, A., Morsing, M., & Moon, J. (Eds.). (2017). *Corporate social responsibility: Strategy, communication, governance*. Cambridge University Press.
- Rodrigues, J. (2016). *O movimento B Corp: significados, potencialidades e desafios* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-19122016-152403/publico/CorrigidaJulianaRodrigues.pdf>.
- Santa Catarina. Superintendência de Trabalho e Renda (SETRAB). Departamento de Polícia Penal de Santa Catarina. (2022). Disponível via e-mail. Data do recebimento: 27 de maio de 2022.
- Schaltegger, S., & Wagner, M. (2011). Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: categories and interactions. *Business strategy and the environment*, 20(4), 222-237.
- Schweitzer, L., & Schmitt, A. (2020). A Trabalho no rol dos culpados: (re) inserção profissional e sistema prisional. *ECOS, Estudos Contemporâneos de Subjetividade*, 10(2), 279-291.
- Sen, S., & Bhattacharya, C. B. (2001). Does doing good always lead to doing better? Consumer reactions to corporate social responsibility. *Journal of marketing Research*, 38(2), 225-243.
- Stubbs, W. (2015). Blending Institutional Logics: The Emergence of B Corp in Australia. *Academy of Management Proceedings*, 10254-10254.
- Stubbs, W. (2017). Characterising B Corps as a sustainable business model: An exploratory study of B Corps in Australia. *Journal of Cleaner Production*, 144, 299-312.
- Tabares, S. (2020). Do hybrid organizations contribute to Sustainable Development Goals? Evidence from B Corps in Colombia. *Journal of Cleaner Production*, 280, 124615.
- Tabares, S. (2021). Do hybrid organizations contribute to sustainable development goals? Evidence from B Corps in Colombia. *Journal of Cleaner Production*, 280, 124615.
- Villela Garcia, M., Bulgacov, S., & Morgan, G. (2019). B Corp certification and its impact on organizations over time. *Journal of Business Ethics*, 170(2), 343-357.
- Whelan, T., et al. (2019). The Business Case for Purpose. *Harvard Business Review*, 97(2), 48-58
- Wilburn, K., & Wilburn, R. (2014). The Double Bottom Line: Profit and Social Benefit. *Business Horizons*, 57(1), 11-20.
- Yin, R. K. (2018). *Estudo de Caso* (5ª ed.). Grupo A.

Información adicional

redalyc-journal-id: 3515



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351582528001>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Oscar Bertoglio, Simone Sehnem, Gabriel Airton da Silveira
**Responsabilidade socioambiental: o caso da empresa
DELTA, sua aderência ao Sistema B e a atuação no
complexo penitenciário do Estado – COPE**
**Social and Environmental Responsibility: the case of
DELTA company, its adherence to the B System, and its
involvement in the State Penitentiary Complex – COPE.**
**Responsabilidad social y ambiental: el caso de la empresa
DELTA, su adhesión al Sistema B y su participación en el
Complejo Penitenciario del Estado - COPE.**

Administração Pública e Gestão Social
vol. 17, núm. 3, 18519, 2025
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
revistaapgs@ufv.br

ISSN-E: 2175-5787



CC BY-NC-ND 4.0 LEGAL CODE

**Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-
SinDerivar 4.0 Internacional.**